



RELATÓRIO CONTÁBIL ANUAL

**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
EM PERNAMBUCO**

Unidade Gestora: 090009



JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL

2022

SEÇÃO JUDICIÁRIA EM PERNAMBUCO



DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

2022

DR. CLAUDIO KITNER
Juiz Federal/Diretor do Foro

ANNA IZABEL FURTADO DE MIRANDA LUNARDELLI
Diretora-Geral

IVALDO SEVERINO DA SILVA
Diretor do Núcleo Financeiro e Patrimonial

KLEITON DOS SANTOS
Analista Judiciário – Especialidade Contadoria
Contador Responsável
CRC/SE – 7860 - O

Sumário

Apresentação.....	2
Declaração Anual do Contador.....	3
Demonstrações Contábeis.....	4
BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	6
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	7
ANEXOS	8
BALANÇO FINANCEIRO	8
DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA	10
Notas Explicativas	11
INFORMAÇÕES GERAIS	11
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	12
(a) Caixa e Equivalentes de Caixa.....	12
(b) Créditos a Curto Prazo.....	12
(c) Estoques	12
(d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada	12
(e) Ativo Realizável a Longo Prazo	12
(f) Imobilizado	13
(g) Intangível	13
(h) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão	13
(i) Passivos Circulantes e Não Circulantes	15
(j) Provisões.....	15
(k) Ativos e Passivos Contingentes.....	15
(l) Apuração do Resultado	15
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....	16
Nota 02 – Créditos a Curto Prazo	16
Nota 03 – Estoques.....	17
Nota 04 – Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada.....	17
Nota 05 – Imobilizado.....	18
Bens Móveis	18
Bens Imóveis	19
Nota 06 – Depreciação Bens Móveis e Imóveis	20
Nota 07 – Intangível	20
Nota 08 – Passivo Circulante	20
Nota 09 – Ajustes de Exercícios Anteriores.....	21
Nota 10 – Atos Potenciais Ativos	21
Nota 11 – Atos Potenciais Passivos	21
Nota 12 – Taxas	22
Nota 13 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	22
Nota 14 – Transferências e Delegações Recebidas	22
Nota 15 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	22
Nota 16 – Pessoal e Encargos.....	23
Nota 17 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais	23
Nota 18 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital fixo	23
Nota 19 – Tributárias.....	23
Nota 20 – Receitas Orçamentárias.....	23
Nota 21 – Despesas Orçamentárias	24
Despesas Correntes	24
Despesas de Capital.....	24
Nota 22 – Execução dos Restos a Pagar	24

Nota 23 – Ingressos no BF.....	24
Nota 24 – Dispêndios no BF	25
Nota 25 – Fluxos de Caixa.....	26
Outras informações relevantes	26
Novas normas e políticas contábeis alteradas	26

Apresentação

O Relatório Contábil tem a finalidade de apresentar à sociedade a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial da Justiça Federal de 1º Grau – Pernambuco. As demonstrações contábeis e notas explicativas são de responsabilidade da Administração. Os gestores e os profissionais de contabilidade são conjuntamente responsáveis pela conformidade das demonstrações contábeis. Os gestores por praticarem os atos e fatos que promovem impacto nessas demonstrações e os profissionais de contabilidade por analisarem as informações e proporem as soluções para corrigirem eventuais inconsistências. Nesse sentido, a conformidade contábil da Seção Judiciária de Pernambuco é realizada, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, pelo contador responsável que, além dos processos de conformidade realizados mensalmente, ao final do exercício emite a Declaração Anual do Contador, conforme previsto no item 5.4 da Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do órgão por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais. A Demonstração das Variações Patrimoniais visa a evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

O Balanço Orçamentário objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, ou seja, as entradas e as saídas de recursos durante o período e o resultado desse fluxo, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que este último não se aplica à Justiça Federal. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

Por sua vez, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição o Patrimônio Líquido no exercício. No entanto, de acordo com o MCASP 9ª edição, essa demonstração é apenas obrigatória para empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedade anônima, sendo facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação, contexto em que se enquadra a Justiça Federal de 1º Grau – Pernambuco.

A seguir, são apresentadas a Declaração Anual do Contador, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.

Declaração Anual do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2022 da Justiça Federal de 1º Grau – Pernambuco.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2022, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

1. SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/ RMB (Restrição Contábil 640).

JUSTIFICATIVA DA UG: “Aguarda formação de comissão inventariante no sentido de sanar a diferença.”

2. FALTA/REG. INCOMP. DEPREC., AMORT., EX – AT. IMOB (Restrição contábil 642).

JUSTIFICATIVA DA UG: “O lançamento da depreciação foi suspenso devido o cálculo está sendo realizado em saldos registrados no sistema de controle, que não refletem a realidade patrimonial do órgão, o procedimento contábil será retomado após avaliação inicial dos bens pela comissão de inventário. A depreciação de bens imóveis é contabilizada diretamente pela STN, conforme informações fornecidas pela SPU.”

3. FALTA/REG. INCOMP. AMORTIZA. AT. INTANGÍVEL (Restrição Contábil 643)

JUSTIFICATIVA DA UG: “Aguardando o processo de avaliação inicial dos bens intangíveis, tal procedimento depende de formação de comissão de Inventário.”

4. FALTA AVALIACAO BENS MÓVEIS, IMÓVEIS, INTANG. (Restrição contábil 634)

JUSTIFICATIVA DA UG: “Estão sendo realizados trabalhos com a finalidade de se alcançar esse objetivo”.

5. SALDO ALONGADO EM CONTAS TRANSIT. DO AT. Ñ CIRC. – IMOB. (Restrição Contábil 632)

JUSTIFICATIVA DA UG: “Alguns imóveis necessitam de regularização na Secretária do Patrimônio da União - SPU e conseqüente registro no sistema SPIUnet, após avaliação inicial. A falta dessa regularização dificulta o levantamento do valor desses bens, evidenciando assim a necessidade de se efetuar inventário analítico deste tipo de ativo e regularização das contas transitórias.

Kleiton dos Santos

Contador Responsável – CRC/SE 7860

Recife-PE, 20/01/2023

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	NE	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE		15.968.034,56	12.649.644,35
Caixa e Equivalente de Caixa	01	3.383.532,07	2.015.054,44
Créditos a Curto Prazo	02	6.007.319,69	4.193.333,77
Demais Créditos e Valores		6.007.319,69	4.193.333,77
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques	03	635.722,73	728.359,35
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	04	5.941.460,07	5.712.896,79
ATIVO NÃO CIRCULANTE		120.401.021,25	101.073.222,65
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-
Imobilizado	05	103.573.800,13	91.244.293,83
Bens Móveis		59.878.739,74	52.500.364,08
Bens Móveis		63.425.865,78	56.306.974,94
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	06	(3.547.126,04)	(3.806.610,86)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis		43.695.060,39	38.743.929,75
Bens Imóveis		44.116.898,49	39.065.427,44
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	06	(421.838,10)	(321.497,69)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
Intangível	07	16.827.221,12	9.828.928,82
Softwares		16.805.086,91	9.806.794,61
Softwares		16.805.086,91	9.806.794,61
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		22.134,21	22.134,21
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		22.134,21	22.134,21
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind.		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos		-	-
TOTAL DO ATIVO		136.369.055,81	113.722.867,00

Fonte: Siafi

PASSIVO	NE	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE	08	2.997.392,11	1.225.878,31
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		1.083.296,70	-
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		509.514,37	75.941,88
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		1.404.581,04	1.149.936,43
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-

Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	2.997.392,11	1.225.878,31

Fonte: Siafi

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2022	2021
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Resultados Acumulados		133.371.663,70	112.496.988,69
Resultado do Exercício		21.479.351,29	5.670.602,32
Resultados de Exercício Anteriores		112.496.988,69	106.826.386,37
Ajustes de Exercícios Anteriores	09	(604.676,28)	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		133.371.663,70	112.496.988,69
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		136.369.055,81	113.722.867,00

Fonte: Siafi

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO	2022	2021	PASSIVO	2022	2021
Ativo Financeiro	3.383.532,07	2.015.054,44	Passivo Financeiro	8.015.568,31	2.649.312,61
Ativo Permanente	132.985.523,74	111.707.812,56	Passivo Permanente	1.533.097,27	-
			SALDO PATRIMONIAL	126.820.390,23	111.074.018,10

Fonte: Siafi

QUADRO DE COMPENSAÇÕES			
ATIVO			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	NE	2022	2021
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	10	2.332.741,52	764.506,08
Atos Potenciais Ativos		2.332.741,52	764.506,08
Garantias e Contragarantias Recebidas		2.332.741,52	207.316,27
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		-	-
Direitos Contratuais		-	557.189,81
Outros Atos Potenciais Ativos		-	-
TOTAL		2.332.741,52	764.506,08
PASSIVO			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	NE	2022	2021
Saldo dos Atos Potenciais Passivos	11	9.796.370,27	11.287.281,41
Atos Potenciais Passivos		9.796.370,27	11.287.281,41
Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		258.824,02	258.824,02
Obrigações Contratuais		9.537.546,25	11.028.457,39
Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL		9.796.370,27	11.287.281,41

Fonte: Siafi

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NE	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		(3.015.080,97)
Recursos Vinculados		(1.616.955,27)
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-
Previdência Social (RPPS)		(1.646.656,49)
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog		29.701,22
TOTAL		(4.632.036,24)

Fonte: Siafi

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2022	2021
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.959.536,27	3.245.017,89
Taxas	12	2.959.536,27	3.245.017,89
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		42.688,00	43.852,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	13	42.688,00	43.852,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		12,35	-
Juros e Encargos de Emprést. e Financiamentos		12,35	-
Transferência e Delegações Recebidas	14	406.604.885,65	384.918.957,53
Transferências Intragovernamentais		406.604.885,65	384.810.115,49
Transferências Intergovernamentais		55.301,37	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		390,22	108.842,04
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.993.173,18	3.842.259,44
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	15	1.993.173,18	3.842.259,44
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		411.600.295,45	392.050.086,86

Fonte: Siafi

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2022	2021
Pessoal e Encargos	16	290.035.792,10	285.758.950,61
Remuneração a Pessoal		220.906.057,18	217.634.992,49
Encargos Patronais		44.161.880,46	44.695.051,06
Benefícios a Pessoal		14.572.331,59	15.187.805,08
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos		10.395.522,87	8.241.101,98
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17	50.075.704,78	53.915.578,50
Aposentadoria e Reformas		35.803.903,91	37.077.765,76
Pensões		14.192.818,27	13.479.060,90
Outros benefícios Previdenciários e Assistenciais		78.982,60	3.358.751,84
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	18	42.769.038,54	31.769.263,75
Uso de Material de Consumo		1.126.867,53	531.625,93
Serviços		41.531.566,12	31.228.376,64
Depreciação, Amortização e Exaustão		110.604,89	9.261,18
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		1.373,88	67.194,80
Juros e Encargos de Mora		1.373,88	412,40
Descontos Financeiros Concedidos		-	66.782,40
Transferências e Delegações Concedidas		5.425.039,60	13.284.529,39

Transferências Intragovernamentais		5.258.600,57	7.735.209,22
Outras Transferências e Delegações Concedidas		166.439,03	5.549.320,17
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		-	89,36
Desincorporação de Ativos		-	89,36
Tributárias	19	1.767.080,45	1.520.441,99
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		70.435,09	70.233,02
Contribuições		1.696.645,36	1.450.208,97
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		46.914,81	63.436,14
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		46.914,81	63.436,14
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		390.120.944,16	386.379.484,54
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		21.479.351,29	5.670.602,32

Fonte: Siafi2022

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	20	-	-	-	-
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receitas Patrimonial		-	-	-	-
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		-	-	-	-
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	20	-	-	-	-
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS		-	-	-	-

Fonte: Siafi

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOT. INIC.	DOT. ATUAL.	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	21	-	-	388.521.757,65	382.352.657,82	382.082.106,83	(388.521.757,65)
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	327.795.344,83	323.475.243,76	323.414.249,27	(327.795.344,83)
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		-	-	60.726.412,82	58.877.414,06	58.667.857,56	(60.726.412,82)
DESPESAS DE CAPITAL	21	-	-	21.949.175,12	21.567.001,48	21.523.194,06	(21.949.175,12)
Investimentos		-	-	21.949.175,12	21.567.001,48	21.523.194,06	(21.949.175,12)
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS				410.470.932,77	403.919.659,30	403.605.300,89	(410.470.932,77)

Fonte: Siafi

ANEXOS

ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		-	1.317.517,90	1.188.793,95	1.188.793,95	128.723,95	0,00
Pessoal e Encargos Sociais		-	302.964,16	289.050,26	289.050,26	13.913,90	0,00
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		-	1.014.553,74	899.743,69	899.743,69	114.810,05	-
DESPESAS DE CAPITAL		-	105.916,40	101.728,69	101.728,69	4.187,71	0,00
Investimentos		-	105.916,40	101.728,69	101.728,69	4.187,71	0,0
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL	22	-	1.423.434,30	1.290.522,64	1.290.522,64	132.911,66	0,00

Fonte: Siafi

ANEXO 2 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		-	75.941,88	75.941,88	-	-
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		-	75.941,88	75.941,88	-	-
DESPESAS DE CAPITAL		-	-	-	-	-
Investimentos		-	-	-	-	-
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL	22	-	75.941,88	75.941,88	-	-

Fonte: Siafi

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS	NE	2022	2021
Receitas Orçamentárias	23	-	-
Ordinárias		-	-
Vinculadas		-	-
Previdência Social (RPPS)		-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	23	406.549.194,06	384.810.115,49
Resultantes da Execução Orçamentária		405.704.165,21	384.625.396,29
Sub-repasse Recebido		405.704.165,21	384.625.396,29
Independentes da Execução Orçamentária		845.028,85	184.719,20
Transferência Recebidas para Pagamento de RP		730.673,27	-
Demais Transferências recebidas		40.563,41	58.468,40
Movimentação de Saldos Patrimoniais		73.792,17	126.250,80

Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários	23	12.055.424,26	8.921.410,56
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		314.358,41	75.941,88
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		6.551.273,47	1.423.434,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		139.081,21	357.687,45
Outros Recebimentos Extraorçamentários		5.050.711,17	7.064.346,93
Arrecadação de Outra Unidade		5.050.711,17	7.064.346,93
Saldo do Exercício Anterior	23	2.015.054,44	2.481.349,39
Caixa e Equivalente de caixa		2.015.054,44	2.481.349,39
TOTAL		420.619.672,76	396.212.875,44

Fonte: Siafi

DISPÊNDIOS	NE	2022	2021
Despesas Orçamentárias	24	410.470.932,77	385.235.914,77
Ordinárias		351.237.203,59	321.606.555,61
Vinculadas		59.233.729,18	63.629.359,16
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-	11.468.325,99
Previdência Social (RPPS)		53.680.782,16	46.122.435,37
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgão e Programas		5.552.947,02	6.038.597,80
Transferências Financeiras Concedidas	24	5.258.600,57	7.735.209,22
Resultantes da Execução Orçamentária		199.404,47	529.995,09
Sub-repasse Concedido		141.841,37	366.121,46
Sub-repasse Devolvido		57.563,10	163.873,63
Independentes da Execução Orçamentária		5.059.196,10	7.205.214,13
Demais Transferências Concedidas		-	35.977,31
Movimentação de Saldos Patrimoniais		5.059.196,10	7.169.236,82
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Pagamentos Extraorçamentários	24	1.506.607,35	1.226.697,01
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		75.941,88	10.044,03
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.290.522,64	849.103,01
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		139.081,21	367.549,97
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.061,62	-
Demais Pagamentos		1.061,62	-
Saldo para o Exercício Seguinte	24	3.383.532,07	2.015.054,44
Caixa e Equivalente de caixa		3.383.532,07	2.015.054,44
TOTAL		420.619.672,76	396.211.178,21

Fonte: Siafi

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXO DE CAIXA	NE	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	25	22.993.400,38	4.389.677,04
INGRESSOS		411.738.986,44	392.232.149,87
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		-	-
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e originárias		-	-
Transferências Recebidas		-	-
Outros Ingressos Operacionais		411.738.986,44	392.232.149,87
Ingressos Extraorçamentários Recebidas		139.081,21	357.687,45
Transferências Financeiras Recebidas		406.549.194,06	384.810.115,49
Arrecadação de Outra Unidade		5.050.711,17	7.064.346,93
DESEMBOLSOS		(388.745.586,06)	(387.842.472,83)
Pessoal e Demais Despesas		(339.523.984,22)	(335.609.718,56)
Judiciário		(279.753.333,72)	(278.647.257,29)
Previdência Social		(51.514.213,82)	(49.993.559,95)
Encargos Especiais		(8.256.436,68)	(6.968.901,32)
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		(43.822.858,44)	(44.129.995,08)
Intragovernamentais		(43.822.858,44)	(44.129.995,08)
Outros Desembolsos Operacionais		(5.398.743,40)	(8.102.759,19)
Dispêndios Extraorçamentários		(139.081,21)	(367.549,97)
Transferências Financeiras Concedidas		(5.258.600,57)	(7.735.209,22)
Demais Pagamentos		(1.061,62)	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	25	(21.624.922,75)	(4.855.971,99)
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		(21.624.922,75)	(4.855.971,99)
Aquisição de Ativo Não Circulante		(14.626.630,45)	(3.326.751,41)
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		(6.998.292,30)	(1.529.220,58)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	25	-	-
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.368.477,63	(466.294,95)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		2.015.054,44	2.481.349,39
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		3.383.532,07	2.015.054,44

Fonte: Siafi

Notas Explicativas

INFORMAÇÕES GERAIS

Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de dezembro de 2022

Unidade Gestora:

090009 – Justiça Federal de 1º Grau – Pernambuco

Base para Elaboração das Notas Explicativas:

Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP - 9ª Edição – Parte V (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público), item 8.

Natureza jurídica da entidade:

A Justiça Federal de 1º Grau – Pernambuco é um órgão da Justiça Federal, que compõe o Poder Judiciário Federal brasileiro, inscrito no CNPJ sob o número 05.441.804/0001- 40.

Domicílio da entidade:

Tem a sede administrativa situada à Av. Recife, 6250 – Fórum Ministro Artur Marinho – Bairro do Jiquiá – Recife – PE. CEP: 50865-900. Site:www.jfpe.jus.br

Natureza das operações e principais atividades da entidade:

A sua competência encontra-se definida no Art. 108 da Constituição Federal.
A principal atividade é o julgamento de processos de sua competência.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis representam o modelo elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, as quais foram extraídas do Sistema Integrado de Administração do Governo Federal – SIAFI, e estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto as Restrições que constam da Declaração do Contador.

Dessa forma, as demonstrações são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações estão apresentadas com valores em unidades de real (R\$).

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Justiça Federal de 1º Grau – Pernambuco, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

(a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Representa o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira ou arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento, além das disponibilidades existentes em outras contas bancárias, que não sejam a conta única.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(b) Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber realizáveis no curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos concedidos e créditos tributários.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado, também, quando cabível, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(c) Estoques

Compreende o valor dos materiais em almoxarifado destinados ao consumo interno da unidade.

O método para mensuração dos bens de almoxarifado é o preço médio ponderado das compras, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico.

(e) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os direitos a receber a longo prazo, tais como:

I - Créditos a receber de pessoal, de multas administrativas ou créditos tributários;

II - VPD pagas antecipadamente.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

A amortização de bens intangíveis de vida útil definida deve ser calculada e registrada mensalmente pela unidade de patrimônio, observando o período de vigência dos contratos e licença de uso dos softwares.

(h) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, o MCASP e as NBC TSP.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunções 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut., e Funda, e 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponíveis no sítio do Tesouro Nacional e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, de 10 de dezembro de 2014, que foi publicada inicialmente no Diário Oficial da União com o número 703, em 19 de dezembro de 2014, mas foi retificada a sua numeração posteriormente para o número 3, esta última aplicável aos bens imóveis.

Reavaliação de bens imóveis

Segundo o art. 4º da Portaria Conjunta STN/SPU 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, quando seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros. Os valores seriam também atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente. A avaliação automática no SPIUnet não tem sido observada, visto que somente deve ocorrer com a implantação no novo sistema SPUnet - Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais.

Redução ao valor recuperável

Segundo esse critério, a entidade avalia se há ativo que possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deve-se estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas no Manual Siafi, Macrofunção 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável e nas Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente a NBC TSP 08 – Ativo Intangível e NBC TSP 09 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa, ambas de 22 de setembro de 2017.

Depreciação e Amortização

A base de cálculo para a depreciação e amortização é o custo do ativo imobilizado ou do intangível com vida útil definida, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet foi realizada mensalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com dados gerados pela Secretaria de Patrimônio da União.

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as

características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

A amortização refere-se aos encargos decorrentes de benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, em geral, alugados. É calculada de acordo com a data da conclusão da benfeitoria e o prazo de vigência do contrato de locação, pela própria unidade gestora dos imóveis.

(i) Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, provisões e demais obrigações.

(j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e o seu valor pode ser estimado com suficiente segurança.

(k) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, conforme preconizam os itens 35 e 39 da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

(l) Apuração do Resultado

Na contabilidade dos entes governamentais são apurados os seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta “Superavit/Déficit do Exercício”. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários) que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31/12/2022, o subitem mais representativo desse subgrupo foi “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFSS”, representando 96,76% do total do subgrupo.

Créditos a Curto Prazo	31/12/2022	AV (%)
Limite de Saque c/ Vinc. de Pagamento - OFSS	3.273.908,99	96,76
Lim. de Saque c/ Vinc. Pagto. – Ordem Pagamento	109.623,08	3,24
Total	3.383.532,07	100,00

Nota 02 – Créditos a Curto Prazo

O saldo deste subgrupo, no exercício de 2022, refere-se a adiantamentos concedidos a pessoal (13º salário, adiantamento de férias, salários e ordenados – pagamento antecipado, auxílio-transporte e auxílio-alimentação) e adiantamentos a fornecedores.

A variação positiva de 43,26% nos Créditos a curto prazo, tem como destaque o registro na conta 1.1.3.1.1.09.00 - Adiantamento a fornecedores no valor de R\$ 2.125.425,25, decorrente de aquisição de computadores, a qual foi firmado termo de compromisso de garantia de devolução do valor pago antecipadamente em relação ao Contrato 40/2022. Na contabilização foi observada a macrofunção 020305 – Adiantamentos a Fornecedores e Prestadores de Serviços, que tem por objetivo disciplinar os procedimentos necessários ao registro de pagamentos antecipados, bem como seu desreconhecimento.

R\$1,00

Créditos a Curto Prazo	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
13º Salário - Adiantamento	2.382.073,09	2.670.884,31	39,65	(10,81)
Adiantamento de Férias	-	24.180,70	-	(100,00)
Salários e Ordenados – Pgto. Antecipado	604.427,32	604.935,27	10,06	(0,08)
Adiantamento Auxílio-Alimentação	876.572,52	881.682,99	14,59	(0,58)
Adiantamento Auxílio-Transporte	17.507,51	10.336,50	0,29	69,38
Adiantamentos a Fornecedores	2.125.425,25	0,00	35,38	100,00
Valores a Rec. por Devolução Desp. Estornada	1.314,00	1.314,00	0,02	0,00
Total	6.007.319,69	4.193.333,77	100,00	43,26

Fonte: Siafi

Nota 03 – Estoques

Este subgrupo apresenta, em 31/12/2022, em síntese, a composição a seguir por subitem:

R\$1,00

	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
P07 Gêneros de Alimentação	4.289,87	18.891,25	0,67	(77,29)
P16 Material de Expediente	70.453,13	114.474,53	11,08	(38,46)
P17 Material de processamento de Dados	57.483,22	61.607,59	9,04	(6,69)
P19 Material Acond. Embalagem	7.571,53	6.452,87	1,19	17,34
P21 Material de Copa e Cozinha	17.301,93	26.588,12	2,72	(34,93)
P22 Material de Limpeza/Prod. De Higienização	356.347,19	341.019,59	56,05	4,49
P24 Material Manutenção de Bens Imóveis	16.408,32	18.366,77	2,58	(10,66)
P25 Material Manutenção de Bens Móveis	691,60	-	0,11	100,00
P26 Material Elétrico	19.589,02	5.670,99	3,08	245,43
P28 Material de Proteção e Segurança	65,71	65,71	0,01	0,00
P29 Material de Áudio, Video e Foto	544,64	544,64	0,09	0,00
P30 Material para Comunicação	24.596,00	69.009,00	3,87	(64,36)
P36 Material Hospitalar	40.489,66	39.957,58	6,37	1,33
P42 Ferramentas	5,98	5,98	0,00	0,00
P44 Material de Sinalização Visual e Outros	21,12	21,12	0,00	0,00
P50 Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	19.863,81	25.683,61	3,12	(22,66)
Total	635.722,73	728.359,35	100,00	(12,72)

Fonte: Siafi

No subgrupo “Estoques” destaca-se a conta corrente P22-Material de Limpeza/Prod. de Higienização que representa um percentual de 56,05% do total da conta 115610100 – Material de Consumo.

Em 2022, houve variação negativa no percentual de 12,72% na Conta de Material de Consumo.

Nota 04 – Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada

Refere-se a despesas antecipadas pagas a título de prêmios de seguros, assinaturas e anuidades a apropriar e alugueis a apropriar. Os maiores valores referem-se à aquisição de serviços de informática com prazos definidos e pagos antecipadamente que corresponde a 90,46% do total da VPD Paga Antecipadamente.

R\$1,00

	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Prêmios de Seguros a apropriar	2.290,52	2.019,10	0,04	13,44
Assinatura e Anuidades a apropriar	5.374.458,98	5.710.877,69	90,46	(5,89)
Alugueis Pagos a apropriar	564.710,57	0,00	9,50	100,00
Total da Conta VPDs Pagas Antecipadamente	5.941.460,07	5.712.896,79	100,00	4,00

Fonte: Siafi

As VPDs Pagas Antecipadamente representam um percentual de 37,20% do total do Ativo Circulante, essas despesas são apropriadas mensalmente, de acordo com cronograma inserido nos documentos do SIAFIWeb.

Nota 05 – Imobilizado

Em 31/12/2022, o valor líquido contábil do imobilizado representou 75,95% do valor do total do ativo, apresentando a seguinte composição:

R\$1,00

	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Bens Móveis (V = I – II)	59.878.739,74	52.500.364,08	57,81	14,05
Valor Bruto Contábil (I)	63.425.865,78	56.306.974,94		12,64
Depreciação Acumulada (II)	(3.547.126,04)	(3.806.610,86)		(6,82)
Bens Imóveis (VI = III – IV)	43.695.060,39	38.743.929,75	42,19	12,78
Valor Bruto Contábil (III)	44.116.898,49	39.065.427,44		12,93
Depreciação Acumulada (IV)	(421.838,10)	(321.497,69)		31,21
Total Líquido Contábil (VII = V + VI)	103.573.800,13	91.244.757,44	100,00	13,51

Fonte: Siafi

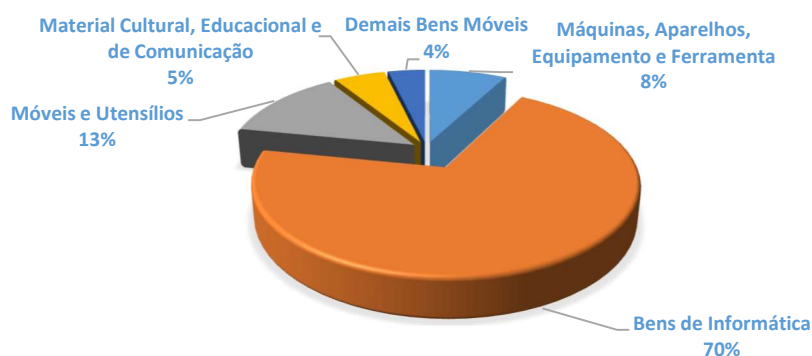
Bens Móveis

Em 31/12/2022, o valor contábil dos bens móveis apresenta o detalhamento abaixo:

R\$1,00

	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamento e Ferramenta	4.942.897,622	4.799.893,08	7,79	2,98
Bens de Informática	44.586.498,38	37.817.379,39	70,30	17,90
Móveis e Utensílios	8.223.915,87	8.010.563,31	12,97	2,66
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	3.290.039,90	3.208.131,87	5,19	2,55
Veículos	1.904.823,49	2.028.190,82	3,00	(6,08)
Bens Móveis em Andamento	34.094,45	-	0,06	100,00
Armamentos	29.848,64	29.848,64	0,04	0,00
Demais Bens Móveis	413.747,43	412.967,43	0,65	0,19
Total	63.425.865,78	56.306.974,94	100,00	12,64

Fonte: Siafi



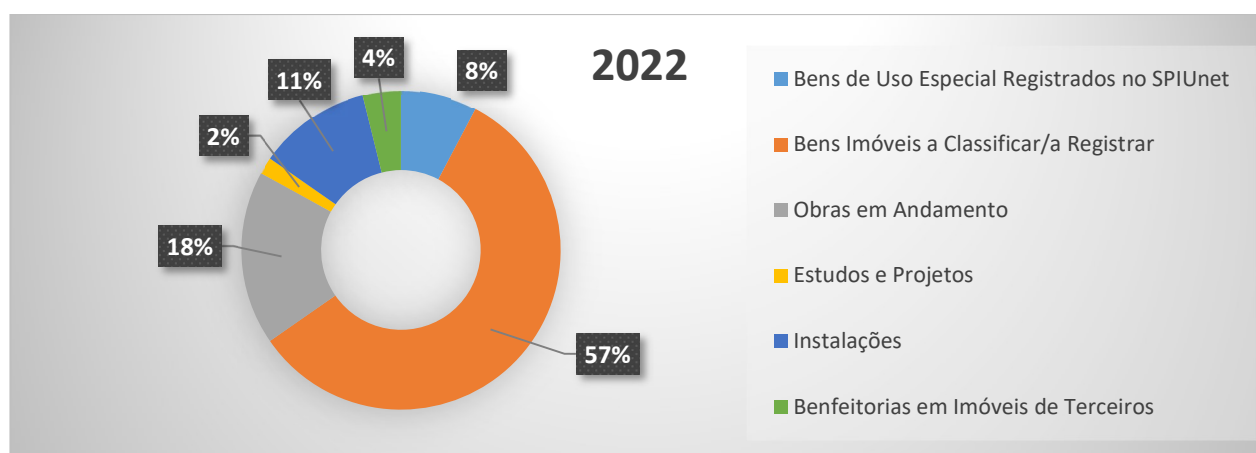
Os Bens Móveis são mensurados pelo valor de aquisição, e estão sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, salvo exceções expressas. Entre os períodos de 2021 e 2022 houve acréscimo de 12,64% no total de bens móveis, sendo os bens de informática o item que mais favoreceu para esse aumento.

Bens Imóveis

Em 31/12/2022, o valor contábil dos bens imóveis apresenta o detalhamento abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	3.411.437,03	3.411.437,03	7,73	0,00
Bens Imóveis a Classificar/a Registrar	25.412.543,60	24.444.049,87	57,60	3,96
Obras em Andamento	7.780.710,13	6.025.495,34	17,64	29,13
Estudos e Projetos	765.518,64	688.565,99	1,74	11,18
Instalações	5.043.816,21	2.965.630,19	11,43	70,08
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.702.872,88	1.530.249,02	3,86	11,28
Total	44.116.898,49	39.065.427,44	100,00	12,93

Fonte: SIAFI



Os bens de uso especial compreendem os bens que se destinam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral.

Imóveis de Uso Especial da União são os imóveis de propriedade da União, os imóveis de terceiros que a União utiliza, os imóveis de propriedade das Fundações e Autarquias e os imóveis das Empresas Estatais dependentes, nos termos da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, de acordo com a Portaria Interministerial Nº 322 de 23 de agosto de 2001, publicada no Diário Oficial no dia 27 de agosto, Ministério da Fazenda, Seção 1.

O Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, faz a gerência da utilização dos imóveis da União, classificados como “Bens de Uso Especial”. Compete à Secretaria do Patrimônio da União – SPU, a gestão dos bens imóveis da União, bem como a administração e manutenção do SPIUnet.

Os “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet” representaram 7,73% do valor líquido contábil dos bens imóveis em 31/12/2022.

O saldo em 31/12/2022 dos Bens Imóveis a Classificar/a Registrar compreende os bens imóveis (Edifícios) que estão pendentes de regularização junto à Secretaria de Patrimônio da União – SPU, conseqüentemente não estão cadastrados no SPIUnet.

O aumento em 3,96% no saldo dessa conta é reflexo de análises sobre obras concluídas e cujo imóveis ainda estão pendentes de regularização.

Nota 06 – Depreciação Bens Móveis e Imóveis

A Depreciação dos bens móveis não está sendo realizada devido divergência de valores entre os sistemas GEAFIN e SIAFI. O procedimento contábil será retomado após a regularização dos saldos nos sistemas de controle patrimonial e contábil e a avaliação inicial desses bens.

A depreciação dos bens imóveis é realizada diretamente pela STN através de informações da SPU.

Nota 07 – Intangível

O ativo intangível, em 31/12/2022, era composto integralmente de softwares, segregados em de vida útil definida e de vida útil indefinida, conforme quadro abaixo.

	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
				R\$1,00
Softwares com vida útil indefinida (I)	3.438.845,84	3.438.845,84	20,44	0,00
Softwares com vida útil definida (II)	13.366.241,07	6.367.948,77	79,43	109,90
Marcas e Patentes (III)	22.134,21	22.134,21	0,13	0,00
Valor Bruto Contábil (IV)	16.827.221,12	9.828.928,82	-	71,20
Amortização Acumulada (V)	-	-	-	-
Total Líquido Contábil (VI = I + II + III)	16.827.221,12	9.828.928,82	100,00	71,20

Fonte: SIAFI

A conta 12411.01.01 – Softwares com vida útil definida representa 79,43% do total do subgrupo de Ativo Intangível, em 2022 houve um aumento de 109,90% em relação ao saldo de 2021. Não há registro de amortização de intangível com vida útil definida, pois há a necessidade de avaliação inicial desses bens e ajustes nos sistemas de controle e contábil.

Nota 08 – Passivo Circulante

O passivo circulante, em 31/12/2022, apresenta a seguinte composição:

	31/12/2022	AV (%)
		R\$1,00
Obrigações Trab., Prev. E Assist. A Pagar Curto Prazo	1.083.296,70	36,14
Fornecedores	509.514,37	17,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.404.581,04	46,86
Total do Passivo Circulante	2.997.392,11	100,00

Fonte: SIAFI

O saldo de R\$ 1.083.296,70 do subgrupo Obrigações Trab., Prev. E Assist. a pagar curto prazo corresponde a conta 2.1.1.1.1.01.03 – Férias a Pagar, demonstra apropriação de 1/12 avos durante o exercício.

As Demais Obrigações a Curto prazo são referentes a Valores Restituíveis, outras obrigações a curto prazo e Obrigações com Entidades Estaduais e Municipais. Destaque para conta 2.1.8.8.1.04.09 - Depósitos de Terceiros no valor de R\$ 1.149.936,43, que corresponde a

restituição das contribuições previdenciárias dos servidores requisitados, decorrentes do recolhimento indevido para o RGPS. O saldo está sendo baixado a partir do Despacho do Diretor do Foro, onde é solicitado que seja repassado aos regimes próprios de previdência social (RPPS) os valores recolhidos indevidamente ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) dos servidores requisitados.

Nota 09 – Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta de Ajustes de exercícios anteriores apresentou em 31/12/2022 saldo de R\$ - 604.676,28. Está composta dos ajustes de exercícios anteriores referente às amortizações de benfeitorias em Propriedades de Terceiros, o ajuste de R\$ 301.548,98 na depreciação acumulada de jun/2022 dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet, conforme conciliação entre planilha encaminha pela SPU e SIAFI, realizada pela Coordenação Geral de Contabilidade, e os reconhecimentos de dívidas de exercício anterior com pessoal requisitado e fornecedores.

Nota 10 – Atos Potenciais Ativos

O principal item que compõe os atos potenciais ativos representa as garantias recebidas, entre elas aqueles referentes a contratos administrativos firmados com terceiros, nos termos do art. 56, da Lei 8.666/1993.

Em 31/12/2022, o subgrupo atos potenciais ativos apresentou o valor de R\$ 2.332.741,52. Do total apresentado, R\$ 2.125.425,25 corresponde ao registro de adiantamento de pagamento, conforme condições de pagamento previstas no contrato nº 40/2022, notas de empenho 2022NE00758 e 2022NE00759 para o fornecimento de computadores pela LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA.

Nota 11 – Atos Potenciais Passivos

As obrigações contratuais compreendem o controle sobre os contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratante, visando à obtenção de bens e serviços com terceiros. Estão compostas da seguinte forma:

	31/12/2022	R\$1,00 AV (%)
Contratos de Serviços	9.078.455,94	92,67
Contratos de Fornecimento de Bens	24.758,02	0,25
Contratos de Aluguéis	418.851,19	4,28
Contratos de Seguros	15.481,10	0,16
Convênios e Instrum Congêneres a Liberar	258.824,02	2,64
Total dos Atos Potenciais Passivos	9.796.370,27	100,00

Fonte: SIAFI

Os contratos de Serviços a executar correspondem a 92,67% do total de Atos Potenciais Passivos no encerramento do exercício.

Nota 12 – Taxas

Nesse subgrupo, está a arrecadação de receitas a título de custas judiciais, cujos valores são recolhidos em favor do Tesouro Nacional e registro na conta 4.1.2.2.1.01.00 – Taxa pela Prestação de Serviços. Verifica-se um decréscimo de -8,80% de 2021 para 2022.

Nota 13 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

O Saldo em 31/12/2022, refere-se as receitas de taxas de inscrição de concurso público, cujos valores são recolhidos em favor do Tesouro Nacional.

Nota 14 – Transferências e Delegações Recebidas

A composição desse subgrupo, em 31/12/2022:

	31/12/2022	R\$1,00 AV (%)
Sub-repasse Recebido	405.704.165,21	99,78
Transferências Recebidas para Pgto. de RP	730.673,27	0,18
Movimentações de Saldos Patrimoniais	73.792,17	0,02
Demais Transferências Recebidas	40.563,41	0,01
Transferências Intragovernamentais	406.549.194,06	99,99
Transferências Voluntárias	55.301,37	0,01
Transferências Intergovernamentais	55.301,37	0,01
Doações/Transferências Recebidas	390,22	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	390,22	0,00
TOTAL DE TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	406.604.885,65	100,00

Fonte: SIAFI

Nesse subgrupo, o item mais representativo que tem percentual de 99,78% são os sub-repasses recebidos da Setorial Financeira para o pagamento das despesas orçamentárias.

Nota 15 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

O subgrupo “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas” tem por função consignar as variações patrimoniais aumentativas não classificadas em subgrupos específicos, sendo composto pelos itens apresentados na tabela a seguir.

	31/12/2022	R\$1,00 AV (%)
Restituições	1.759.442,40	88,27
Multas Administrativas	16.318,71	0,82
VPA Decorrente de Fatos Geradores Diversos	217.412,07	10,91
Total das Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.993.173,18	100,00

Fonte: SIAFI

As restituições são referentes a ressarcimentos de honorários periciais, com recolhimento dos valores ao tesouro Nacional por meio de GRU. Essas representam 88,27% do total do subgrupo.

Nota 16 – Pessoal e Encargos

Em 2022, as despesas com os subgrupos remuneração a pessoal, encargos patronais, benefícios a pessoal e outras VPDs – pessoal e encargos, representaram 74,35% do total das variações patrimoniais passivas.

Nota 17 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O grupo “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” corresponde às VPD relativas às aposentadorias e pensões do RPPS e outros benefícios assistenciais. Em 2022, as despesas corresponderam a 12,84% do total das variações patrimoniais passivas.

Nota 18 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital fixo

Excetuadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, este grupo compreende as demais despesas necessárias à manutenção e operação da entidade. Inclusive o valor do desgaste ou a perda da vida útil do seu ativo imobilizado ou intangível, por meio do registro da despesa de depreciação ou amortização.

Este grupo representa 10,96% do total das variações patrimoniais diminutivas. A tabela a seguir detalha a composição deste grupo.

	31/12/2022	R\$1,00 AV (%)
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	30.389.952,40	71,06
Depreciação de Bens Móveis e Imóveis	5.965,01	0,01
Amortização de Imobilizado	104.639,88	0,24
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	10.648.600,47	24,90
Uso de Consumo de materiais	1.126.867,53	2,64
Diárias	493.013,25	1,15
Total do Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	42.769.038,54	100,00

Fonte: SIAFI

Nota 19 – Tributárias

Referem-se a taxas e obrigações patronais s/ serviços de pessoa física.

	31/12/2022	R\$1,00 AV (%)
Taxas – Inter OFSS – Estado	7.567,19	0,43
Taxas – Inter OFSS – Município	62.867,90	3,56
Obrigações Patronais s/ Serviços de PF	1.696.645,36	96,01
Total de Tributárias	1.767.080,45	100,00

Fonte: SIAFI

Nota 20 – Receitas Orçamentárias

Na Seção Judiciária de Pernambuco, pela metodologia adotada para elaboração do demonstrativo pela Secretaria do Tesouro Nacional, não existe o registro da previsão e realização de receita

orçamentária, pois a entidade não possui a função precípua de arrecadação de receitas. Saliente-se que os recursos recebidos para pagamento das despesas orçamentárias são através de transferência financeiras recebidos (sub-repasses).

Ressalte-se a arrecadação de receitas por meio de Guia de Recolhimento da União pelas unidades da Justiça Federal, entre elas: custas judiciais, devoluções e cancelamentos de precatórios.

Porém, os recursos recolhidos por meio de GRU, em geral, são transferidos ao Tesouro Nacional, a título de receitas, à exceção daqueles recolhidos a título de anulação de despesa e de depósitos judiciais e de terceiros, que permanecem na UG na conta de limite de saque.

Nota 21 – Despesas Orçamentárias

Despesas Correntes

No exercício de 2022 a despesa orçamentária foi de R\$ 410.470.932,77 um aumento de 6,55% em relação ao exercício de 2021. As despesas correntes representaram em torno de 94,65% das despesas empenhadas.

Despesas de Capital

Já as despesas de capital apesar de ter um acréscimo em torno 347,94% em relação ao exercício de 2021, correspondem apenas 5,35% do total da despesa orçamentária em 2022.

Nota 22 – Execução dos Restos a Pagar

No início do exercício de 2022, existia um saldo de Restos a Pagar de exercícios anteriores no valor de R\$ 1.499.376,18, sendo R\$ 1.423.434,30 de Não Processados e R\$ 75.941,88 de Processados. Do montante inscrito em Restos a Pagar não Processados observa-se que 90,66% foram pagos e 9,34% cancelados. Já em relação aos Restos a Pagar Processados, o valor inscrito foi pago em sua totalidade.

Nota 23 – Ingressos no BF

Reforçando o que já foi dito na análise das receitas orçamentárias, na Seção Judiciária de Pernambuco, pela metodologia adotada para elaboração do demonstrativo pela Secretaria do Tesouro Nacional, não existe o registro de receitas orçamentárias. Saliente-se que os recursos recebidos para pagamento das despesas orçamentárias são através de transferência financeiras recebidos (sub-repasses).

Ressalte-se a arrecadação de receitas por meio de Guia de Recolhimento da União pelas unidades da Justiça Federal, entre elas: custas judiciais, devoluções e cancelamentos de precatórios.

Porém, os recursos recolhidos por meio de GRU, em geral, são transferidos ao Tesouro Nacional, a título de receitas, à exceção daqueles recolhidos a título de anulação de despesa e de depósitos judiciais e de terceiros, que permanecem na UG na conta de limite de saque.

Destaque-se que a Seção Judiciária em Pernambuco obteve um saldo de caixa e equivalentes de caixa para o exercício seguinte de R\$ 3.383.532,07.

INGRESSOS	R\$ 1,00			
	2022	2021	AV (%)	AH (%)
Receitas Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	406.549.194,06	384.810.115,49	96,65	5,65
Recebimentos Extraorçamentários	12.055.424,26	8.919.713,33	2,87	35,15
Saldo do Exercício Anterior	2.015.054,44	2.481.349,39	0,48	(18,79)
TOTAL	420.619.672,76	396.211.178,21	100,00	6,16

Fonte: SIAFI

O principal grupo constituinte do saldo dos ingressos Financeiros foi o de Transferências Financeiras Recebidas, com total de R\$ 406.549.194,06, que representou 96,65% da totalidade das entradas financeiras.

O grupo Recebimentos Extraorçamentários, representou 2,87% de todas as entradas financeiras, totalizando R\$ 12.055.424,26, compreende os ingressos não previstos no orçamento, tais como consignações em folha de pagamento, fianças, cauções e montantes referentes à Inscrição dos Restos a Pagar processados e Não Processados.

Em 2022, foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 6.551.273,47 e Restos a Pagar Processados o valor R\$ 314.358,41.

Nota 24 – Dispêndios no BF

DISPÊNDIOS	R\$ 1,00			
	2022	2021	AV (%)	AH (%)
Despesas Orçamentárias	410.470.932,77	385.235.914,77	97,59	6,55
Ordinárias	351.237.203,59	321.606.555,61	83,50	9,21
Vinculadas	59.233.729,18	63.629.359,16	14,08	(6,91)
Transferências Financeiras Concedidas	5.258.600,57	7.733.511,99	1,25	(32,00)
Pagamentos Extraorçamentários	1.506.607,35	1.226.697,01	0,36	22,82
Saldo para o Exercício Seguinte	3.383.532,07	2.015.054,44	0,80	67,91
TOTAL	420.619.672,76	396.211.178,21	100,00	6,16

Fonte: SIAFI

As despesas orçamentárias ordinárias são aquelas destinadas a atender a quaisquer finalidades. Quanto as despesas orçamentárias vinculadas são para aplicação de recursos em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela lei ou outro instrumento legal adequado.

Em 2022, as despesas orçamentárias tiveram um aumento de 6,55% em relação a 2021. Já as despesas com recursos vinculados tiveram em 9,21% em relação 2021. As despesas orçamentárias com recursos ordinários representaram em 2021, 83,50% do total das despesas orçamentárias.

A Seção Judiciária em Pernambuco obteve um saldo de caixa e equivalentes de caixa para o exercício seguinte de R\$ 3.383.532,07.

Nota 25 – Fluxos de Caixa

Os ingressos no fluxo de caixa das atividades operacionais superaram os desembolsos em valor positivos de R\$ 22.993.400,38.

Não houve ingressos no fluxo de caixa de investimento, havendo apenas desembolsos, resultando num valor negativo nesse fluxo no valorde R\$ -21.624.922,75.

As atividades de investimentos estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão.

Não houve registros de ingressos e dispêndios nas atividades de financiamento, que compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito.

A soma das disponibilidades do último exercício com o fluxo de caixa das atividades operacionais e fluxo de caixa das atividades de investimento, resulta no saldo final das disponibilidades de caixa do exercício R\$ 3.383.532,07.

Outras informações relevantes

I - Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos;

Em 2022 não houve levantamento junto ao setor competente sobre possíveis passivos contingentes, em 2023 será dada prioridade nas buscas dessas informações para melhor apresentação das Notas Explicativas.

II - Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas;

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

III - Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro;

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

A entidade deve alterar uma política contábil e divulgá-la em nota explicativa apenas se a mudança for exigida pelas normas de contabilidade aplicáveis ou resultar em informação confiável e mais relevante sobre os efeitos das transações, outros eventos ou condições acerca da posição patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa da entidade.

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas.